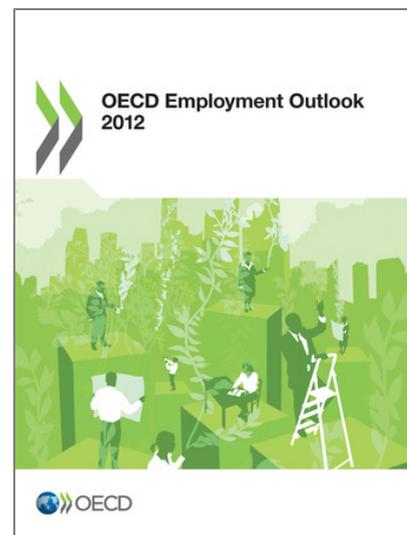


# OECD *Multilingual Summaries*

## OECD Employment Outlook 2012

*Summary in Portuguese*



Leia todo o livro em:  
[10.1787/empl\\_outlook-2012-en](http://10.1787/empl_outlook-2012-en)

---

## Perspetivas da OCDE sobre o Emprego para 2012

*Sumário em Português*

- Esta 30.<sup>a</sup> edição das Perspetivas da OCDE sobre o Emprego examina as tendências recentes e as perspetivas a curto prazo relativamente ao mercado de trabalho nos países da OCDE. Constatamos que a recuperação relativamente à recente crise económica e financeira tem sido lenta e irregular. O desemprego continua a atingir níveis inaceitavelmente elevados em inúmeros países, e o desemprego de longa duração aumentou, agravando o risco de endogeneização de um desemprego mais elevado.
- Uma análise sobre a forma como os mercados de trabalho resistem aos choques económicos mostra que as políticas destinadas a reduzir o desemprego estrutural também ajudam a atenuar os efeitos adversos dos abrandamentos da economia, das perdas de rendimentos e da desigualdade dos rendimentos. O relatório documenta o declínio do peso do trabalho no produto nacional que tem vindo a registar-se em inúmeros países da OCDE, sobretudo como resultado da globalização e das alterações a nível tecnológico. Um maior investimento no ensino e programas fiscais e de transferência direcionados de uma forma mais correta podem ajudar a assegurar uma partilha mais alargada dos frutos do crescimento económico.
- Por último, é analisado o impacto das políticas de mitigação das alterações climáticas no mercado de trabalho. É possível que alguns setores registem grandes alterações a nível do emprego, mesmo que o impacto no nível geral de emprego possa ser reduzido. No que diz respeito a outros choques de índole estrutural, devem ser instituídas políticas que facilitem a mobilidade no mercado de trabalho.

## Os mercados de trabalho da OCDE no rescaldo da crise

O desemprego nos países da OCDE continua a situar-se pouco abaixo do máximo de 8,5% registado no pós-guerra, sendo provável que se mantenha elevado nos próximos anos. Há aproximadamente 48 milhões de pessoas sem emprego: cerca de 14,5 milhões mais do que no início da crise financeira em finais de 2007. Uma vez que a retoma teve o seu início há quase três anos, o crescimento tem sido demasiado ténue e irregular para provocar mais do que uma pequena descida no aumento cíclico do desemprego à escala da OCDE.

Ao mesmo tempo, registaram-se enormes variações no desemprego entre os vários países, bem como nos custos sociais associados ao abrandamento económico. A taxa do desemprego tem-se mantido abaixo dos 5,5% em nove países da OCDE – Austrália, Áustria, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, México, Países Baixos, Noruega e Suíça, enquanto nove países continuam a registar taxas de desemprego de dois dígitos – Estónia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Eslováquia e Espanha.

Em inúmeros países, a debilidade da retoma provocou uma marginalização crescente dos desempregados. Os desempregados de longa duração – pessoas que estão sem trabalho e à procura de emprego há mais de um ano – representam agora mais de um terço do número total de desempregados na OCDE. A percentagem de pessoas que deixaram de procurar emprego e saíram do mercado de trabalho também aumentou significativamente. E o desemprego jovem atingiu níveis perigosamente elevados em alguns países: Mais de 50% na Grécia e em Espanha (mas somente 8% na Alemanha).

Para além dos prejuízos imediatos às vidas das pessoas e das famílias que não conseguem encontrar trabalho, há uma possibilidade crescente de parte do aumento cíclico do desemprego se tornar estrutural, com níveis de desemprego permanentemente mais elevados nos países onde o aumento do desemprego tem sido mais acentuado. Esta situação ameaça reduzir a futura oferta de mão-de-obra e prejudicar a própria retoma que poderia criar empregos.

## Políticas ativas de combate ao desemprego

Como devem reagir os decisores políticos? A curto prazo, devem atuar pelo menos em quatro frentes: promovendo a criação de emprego em geral; combatendo os números crescentes de desempregados de longa duração; melhorando as perspectivas de emprego dos jovens; e assegurando que o número de desempregados que abandonam de vez o mercado de trabalho é o menor possível. O desafio a mais longo prazo consiste em fortalecer a resistência do mercado do trabalho, tornando-o mais apto para enfrentar futuros abrandamentos com custos sociais reduzidos.

Em larga medida, a retoma no mercado de trabalho depende da recuperação económica mais alargada, relativamente à qual persistem incertezas consideráveis, nomeadamente na Zona Euro. As políticas de incentivo à procura ajudariam a fortalecer o crescimento económico e a criação de empregos. Uma tónica mais acentuada nas reformas estruturais nos mercados do produto e do trabalho será crucial para a retoma, dados os constrangimentos que existem relativamente à adoção de medidas adicionais através da política monetária e orçamental na maioria dos países da OCDE.

A ameaça do aumento do desemprego estrutural também obriga a um conjunto bem concebido de políticas ativas do mercado de trabalho que façam com que os desempregados regressem tão rapidamente quanto possível ao trabalho, e ajudem as pessoas que estiverem em risco de desemprego de longa duração a manter as suas competências através de oportunidades de trabalho temporário. As medidas mais suscetíveis de serem eficazes incluem subsídios de emprego direcionados, bem como apoio na busca de emprego, por exemplo, entrevistas presenciais, planos de ação individuais e clubes de emprego.

Os programas ativos do mercado de trabalho podem igualmente ter uma vertente corretiva. Podem incidir nos obstáculos estruturais que impedem os empregadores de preencher as vagas de emprego e que dificultam aos desempregados a procura de trabalho, talvez porque as suas competências se tornaram obsoletas devido à sua situação de desemprego prolongado. Isto obriga a que seja feita a identificação o mais precoce possível de quaisquer insuficiências em matéria de competências, bem como de grupos específicos de pessoas desempregadas que disponham de competências inadequadas e, subsequentemente, à disponibilização de programas de formação e de experiência de trabalho que ajudem essas pessoas a regressar à vida ativa.

Mas será que foram disponibilizados recursos suficientes para estas políticas ativas? Apesar de o aumento dos investimentos feitos durante a atual crise ter sido consideravelmente superior ao que foi feito em situações de recessão anteriores, continua a ser insuficiente para sustentar o valor dos recursos disponíveis por cada pessoa que está à procura de emprego. Tal poderá ser reflexo da descrença dos governos relativamente à rentabilidade de investimentos adicionais. Poderá igualmente ser reflexo da dificuldade em recrutar e dar formação rapidamente a gestores de dossiês competentes, e em alargar o número de vagas para formação, mantendo ao mesmo tempo a qualidade.

Há o risco de a consolidação orçamental em inúmeros países vir a ditar novas restrições nos recursos disponíveis para políticas ativas de mercado de trabalho. No entanto, a aplicação de cortes a estes programas poderá não ser uma medida sensata, uma vez que poderia agravar as condições difíceis vividas no mercado do trabalho e prejudicar o crescimento a longo prazo.

## Capacidade de resistência do mercado de trabalho

As diferenças ao nível das políticas e das instituições são claramente responsáveis por uma parte substancial das variações registadas entre os países da OCDE no que diz respeito ao impacto do abrandamento no desemprego, nos rendimentos do trabalho e na desigualdade dos rendimentos. As políticas podem melhorar a capacidade de resistência dos mercados de trabalho, quer moderando os efeitos provocados pelo abrandamento da economia no mercado de trabalho, quer mitigando o impacto da redução nos rendimentos das famílias. Por exemplo, os sistemas de benefícios fiscais podem desempenhar um papel fulcral na mitigação dos custos sociais das crises económicas.

As políticas e instituições que são favoráveis à capacidade de resistência do mercado de trabalho também costumam propiciar bons resultados ao nível estrutural no mercado de trabalho. Em geral, os países com níveis reduzidos de desemprego estrutural registam aumentos menos acentuados no desemprego causado pelo abrandamento da economia. Isto significa que muitas das recomendações contidas na Reavaliação da Estratégia de Emprego da OCDE 2006 para a concretização de bons resultados a nível estrutural no mercado de trabalho, são também suscetíveis de contribuir para a capacidade de resistência do mercado de trabalho.

As instituições que visam a negociação salarial coordenada são normalmente úteis em termos de resultados estruturais no mercado de trabalho e da capacidade de resistência do mercado de trabalho; em contrapartida, as instituições que favorecem o recurso intensivo a contratos temporários, como disposições rigorosas em matéria de proteção do emprego para os trabalhadores efetivos, reduzem a capacidade de resistência do mercado de trabalho.

## Peso dos rendimentos do trabalho e crescimento verde

Há outras duas preocupações a mais longo prazo relativamente ao mercado de trabalho que suscitam questões aos decisores políticos. Em primeiro lugar, o peso dos vencimentos, salários e prestações sociais no produto nacional total tem vindo a diminuir em quase todos os países da OCDE. Segundo, um tema que ficou em segundo plano devido à crise mas que irá provavelmente surgir de novo, é saber como conseguir assegurar um “crescimento verde” e o que significa a transição para uma economia de baixo teor de carbono para o mercado de trabalho.

A diminuição do peso do trabalho no produto nacional reflete, acima de tudo, a deterioração da posição das pessoas menos qualificadas e com menos estudos devido ao aumento da competitividade interna e internacional, bem como à utilização das tecnologias da informação e da comunicação para substituir os trabalhadores por máquinas para certos tipos de trabalho, nomeadamente os que envolvem tarefas de rotina.

Deverá a política dar resposta à diminuição do peso dos rendimentos do trabalho? O abrandamento das forças do progresso tecnológico e da globalização é dificilmente uma opção viável. Mas os governos podem capacitar a sua mão-de-obra para competir com maior eficácia naquilo a que se chamou “a corrida contra a máquina”. Um maior investimento no capital humano – e a garantia de uma maior correspondência entre as competências ensinadas na escola e as competências que os empregadores procuram – poderá conseguir resultados positivos no combate à diminuição do peso do trabalho.

É possível que, logo que a retoma se tiver concretizado efetivamente, os decisores políticos se viam de novo para o desafio de proceder a uma transição rápida, eficiente e justa para uma economia de baixo teor de carbono e rentável

em termos de recursos. A melhor forma de imaginar a transição para o crescimento verde é concebendo-a como impulsionadora de mudanças económicas estruturais, onde a política de mercado de trabalho, incluindo as políticas em matéria de educação e competências, desempenhe um papel ativo de ajuda aos trabalhadores e empregadores para que possam fazer os ajustamentos necessários.

As políticas identificadas na Reavaliação da Estratégia de Emprego da OCDE 2006 criam o enquadramento essencial para uma gestão bem-sucedida dessas alterações de índole estrutural. Na adaptação destas políticas de natureza geral à transição para um crescimento verde, pode ser dada ênfase também à “ecoinovação” e à difusão das tecnologias verdes. Uma das vias seria um ensino e uma formação profissional de melhor qualidade, bem como a garantia de que o incentivo à inovação não é afetado por um rigor excessivo da proteção do emprego e da regulamentação do mercado do produto.

© OECD

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE** [www.oecd.org/bookshop](http://www.oecd.org/bookshop)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org) Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2 rue André-Pascal, 75116  
Paris, France

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights](http://www.oecd.org/rights)



**Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary) !**

OECD (2012), *OECD Employment Outlook 2012*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/empl\_outlook-2012-en